

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.643.548 - RJ (2016/0327507-0)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
RECORRENTE : MARIA DILMA DE FREITAS DOS SANTOS
ADVOGADOS : ALEXANDRE MARTIRE LOPES - RJ100387
ALEXANDRE HENRIQUE MENDONÇA LEÃO E OUTRO(S) - RJ131944
RECORRIDO : UNIÃO

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Maria Dilma de Freitas dos Santos, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 148):

ADMINISTRATIVO. REMESSA NECESSÁRIA E APELAÇÃO. BENEFICIÁRIA DE PENSÃO DE EX-COMBATENTE SOLDADO SEGUNDO SARGENTO. COTA PARTE. REVERSÃO POR MORTE DE IRMÃ TAMBÉM BENEFICIÁRIA. SOLDADO SEGUNDO TENENTE. IMPOSSIBILIDADE. REMESSA NECESSÁRIA E APELAÇÃO PROVIDA.

1. Na presente ação objetiva a autora sua inclusão como beneficiária da cota parte de 1/5 do soldo de segundo tenente, da pensão especial de ex-combatente, falecido em 29 de maio de 1976, que vinha sendo percebida por sua irmã Vilma Engracia Padilha Gil, falecida em 21/12/2004.

2. Por se constituir a pretensão da apelada de prestação de trato sucessivo, no caso de provimento do recurso, estariam prescritas apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação.

3. Importante ressaltar que a apelada já se encontra devidamente incluída no rol de beneficiários da referida pensão especial, deixada por seu falecido pai, na cota parte de 1/5 do soldo de segundo sargento e, há outros beneficiários vinculados a este benefício, percebendo o restante do quantum relacionado aos outros 3/5, do soldo de segundo sargento.

4. Está assentado na jurisprudência dos Tribunais Superiores que a pensão de ex-combatente rege-se pelas normas vigentes à época do óbito do instituidor do benefício, ainda que a percepção da pensão se dê em decorrência da reversão da pensão em virtude da morte da viúva, beneficiária originária.

5. A r. sentença *a quo*, ao julgar parcialmente procedente o pedido, deixou de atentar para o fato de que a pensão em questão, no soldo de segundo tenente, foi conferida à falecida irmã da apelada, por força de decisão judicial proferida nos autos do mandado de segurança coletivo nº 2001.5101.022464-4, impetrado pela Associação dos Ex-Combatentes do Brasil.

6. A irmã da apelada, falecida em 21/12/2004, percebeu a pensão referente ao soldo de segundo tenente até a data de sua morte, quando então cessou o

Superior Tribunal de Justiça

direito que lhe foi garantido por força da supracitada decisão, a qual não pode ser “estendida” à autora.

7. Como o falecimento do ex-combatente se deu antes do advento da CF/88, não se aplica o sistema do artigo 53 e incisos do ADCT, mas sim o regime das Leis nºs 4.242/63 e 3.765/60, que preveem que o valor da pensão especial em análise será equivalente à deixada por segundo sargento, na forma como já percebe a apelada.

8. Remessa necessária e apelação provida.

Sustenta a recorrente violação dos arts. 30 da Lei n. 4.242/1963 e 28 da Lei n. 3.763/1960.

Argumenta que tem direito à reversão da cota-parte da pensão de ex-combatente de sua falecida irmã, porquanto a legislação vigente ao tempo do óbito do instituidor do benefício assegurava tal direito.

Afirma, por outro lado, que a majoração da cota-parte da pensão cuja reversão se pleiteia, de Segundo-Sargento para Segundo-Tenente, não obsta o seu direito, pois não houve modificação do nascedouro do direito.

Ressalta, ainda, que a decisão judicial que concedeu a majoração do benefício à sua irmã foi posteriormente reformada, bem como que não se pretende a reversão do benefício majorado, mas sim do inicialmente concedido.

Contrarrazões às e-STJ, fls. 178-184, em que a União alega a incidência das Súmulas 284 e 356 do STF e 7 e 211 do STJ.

É o relatório.

O recurso não merece ser conhecido.

É fundamental que a recorrente desenvolva os argumentos que demonstrem a violação dos dispositivos de lei federal.

No caso, a insurgente apontou como violados os arts. 30 da Lei n. 4.242/1963 e 28 da Lei n. 3.763/1960, porém não demonstrou de que modo o comando normativo deles extraído foi ofendido pelo acórdão combatido, limitando-se a desenvolver argumentação genérica.

Tal circunstância atrai a incidência da Súmula 284/STF (É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia).

A propósito:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO COM FUNDAMENTO NA ALÍNEA C DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO, NAS RAZÕES DO RECURSO ESPECIAL, DO DISPOSITIVO LEGAL QUE, EM TESE, TERIA RECEBIDO INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF, APLICADA POR ANALOGIA. ALEGADA VIOLAÇÃO À SÚMULA 208/STJ. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE. SÚMULA 518/STJ. TESE DO RECURSO ESPECIAL QUE DEMANDA REEXAME DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. SÚMULA 5/STJ. AGRAVO INTERNO

Superior Tribunal de Justiça

IMPROVIDO.

I. Agravo interno ajuizado contra decisão que julgara recurso interposto contra decisum publicado na vigência do CPC/73.

II. Na origem, o Estado do Acre ajuizou ação cautelar inominada em face da Agência de Desenvolvimento Educacional e Social Brasileira - ADESOBRAS, que se reveste da qualidade de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, objetivando o bloqueio de valores financeiros, via Bacenjud, e a expedição de mandado de busca e apreensão de bens públicos a ela cedidos.

III. A falta de particularização dos dispositivos de lei federal que o acórdão recorrido teria contrariado ou aos quais teria atribuído interpretação divergente consubstancia deficiência bastante a inviabilizar o conhecimento do apelo especial, atraindo, na espécie, a incidência da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia"). Nesse sentido: STJ, AgRg no REsp 1.346.588/DF, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, CORTE ESPECIAL, DJe de 17/03/2014; AgRg no AREsp 732.546/MA, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 12/11/2015.

IV. Na forma da jurisprudência desta Corte, "a alegação de se tratar de dissídio notório a tese defendida nos embargos de divergência não socorre a ora agravante, pois mesmo nessa rara hipótese - configurada quando existentes, nos acórdãos confrontados, a similitude fática e a identidade jurídica imprescindíveis para a caracterização do dissenso pretoriano - ocorre tão somente a mitigação da exigência do cotejo analítico, segundo a jurisprudência remansosa desta Corte Superior" (STJ, AgInt nos EDcl nos EAREsp 923.383/MG, Rel. Ministro JORGE MUSSI, CORTE ESPECIAL, DJe de 09/11/2018). No mesmo sentido: STJ, AgInt no AgInt no AREsp 1.267.561/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe de 18/09/2018; REsp 1.479.864/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe de 11/05/2018.

V. Por outro lado, "o Recurso Especial não constitui via adequada para a análise de eventual contrariedade a enunciado sumular, por não estar este compreendido na expressão 'lei federal' constante da alínea 'a' do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal.

Incidência da Súmula 518/STJ" (STJ, REsp 1.763.952/CE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 21/11/2018).

VI. O acolhimento da pretensão recursal, no sentido de que as disposições contratuais deixam claro o interesse da União na presente demanda, a atrair a competência da Justiça Federal para julgamento do feito, ensejaria, necessariamente, a análise do referido contrato, o que é vedado, em sede de Recurso Especial, em razão do óbice da Súmula 5/STJ, o que inviabiliza, igualmente, o conhecimento do apelo, pela alínea c do permissivo constitucional.

VII. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 649.533/AC, Rel. Min. ASSUETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/3/2019, DJe 18/3/2019)

Superior Tribunal de Justiça

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. COBERTURA SECURITÁRIA. DISSÍDIO PRETORIANO. ARGUMENTAÇÃO DEFICIENTE. FALTA DE INDICAÇÃO EXPRESSA DOS DISPOSITIVOS LEGAIS TIDOS POR VIOLADOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284 DO STF. CONTRARIEDADE A ENUNCIADO DE VERBETE SUMULAR. INVIABILIDADE DE EXAME. NORMA NÃO EQUIVALENTE A DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL.

1. A deficiência da fundamentação do recurso inviabiliza a exata compreensão da controvérsia, atraindo, assim, o enunciado da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal.

2. No caso, a agravante limitou-se a afirmar que o acórdão proferido pela Corte de origem divergiu jurisprudencialmente do entendimento firmado por outros tribunais acerca do termo final para pagamento da pensão mensal por morte; da possibilidade de condenação direta e solidária da seguradora denunciada à lide nos limites contratados na apólice; e da admissibilidade de cumulação das coberturas securitárias, sem apontar, de forma clara e precisa, os dispositivos legais tidos por contrariados e as razões pelas quais o acórdão teria afrontado cada um deles. Tal circunstância impede a exata compreensão da controvérsia, ante a apresentação de inconformismo genérico. Incidência, por analogia, do óbice previsto na Súmula 284/STF.

3. É entendimento pacífico neste eg. Tribunal que a contrariedade a verbetes de Súmula de Tribunais não pode ser examinada pela via eleita, pois enunciado de súmula não equivale a dispositivo de lei federal, ficando desatendido o disposto no art. 105, III, "a", da CF/1988.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1.751.624/RS, de minha relatoria, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/3/2019, DJe 19/3/2019)

De outro lado, verifica-se que o Tribunal de origem não emitiu qualquer juízo de valor acerca do art. 28 da Lei n. 3.763/1960, estando ausente seu necessário prequestionamento, o que atrai a incidência das Súmulas 282/STF e 211/STJ.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, I, do RISTJ, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator